

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO LEI Nº 6.479, DE 2006

(SR. ZEQUINHA MARINHO)

“Altera os limites do Parque Nacional da Serra do Pardo”.

Autor: Deputado Zequinha Marinho

Relator: Deputado GERSON PERES

I - RELATÓRIO

O Presente Projeto de Lei (PL) 6.479/2006 do ilustre Deputado Zequinha Marinho objetiva alterar os limites do Parque nacional do Pardo, no Estado do Pará e que foi criado pelo Decreto 008 de 17 de fevereiro de 2005. Regimentalmente é competente (art. 32, IV, a) para avaliar a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, embora defenda que a CCJ não pode sofrer restrição nenhuma quanto da apreciação das matérias de tramitação processual. Foi aprovado em ambas as comissões, sendo que na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável foi aprovado com o substitutivo do Deputado Wandenkolk Gonçalves.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Embora esteja esta CCJ engessada regimentalmente na apreciação da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e da adequação regimental, após os estudos estruturados dentro dessas exigências, antecipo, ab initio, ser indispensável que se proceda a aceitação da postulação,

por se constatar nos autos fatores indispensáveis a garantir direitos individuais sem ferir a sustentabilidade ambiental e a harmonia social. Dito isto, avalie-se o PL sob o ângulo da competência citada.

Na forma do artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal de 1988, compete à União Federal a elaboração de normas gerais que amparem a proteção do meio ambiente (como é o caso ora em comento), o que são afasta, por óbvio, a competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal para também legislar sobre tal matéria.

Nesse viés, o projeto, sob o ângulo material e formal, é constitucional.

No aspecto da iniciativa, vê-se que a matéria tratada cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, não se tratando, destarte, de matéria privativa de outros agentes/órgãos Republicanos, como, por exemplo, Presidente da República, Tribunais ou Procurador-Geral da República (artigo 61 c/c artigo 48, caput, ambos da Constituição da República).

Diante disso, no tocante à iniciativa legislativa, o projeto é constitucional.

Ademais, resta preconizado no artigo 225, §1º, inciso III da Carta da República, de modo a corroborar a competência legislativa da União, por seu Órgão Legislativo, o seguinte:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:[...]

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;”

Vê-se, portanto, não só ser constitucional o Projeto nos aspectos material e formal, mas também que o tema nele contido somente poder ser tratado mediante lei de natureza primária (princípio da reserva de lei). Para corroborar tal assertiva vale mencionar que o objeto do Projeto de Lei é a adequação dos limites do Parque Nacional da Serra do Pardo, de modo a enquadrar-se no permissivo constitucional contido no inciso III pré-transcrito. Resta preenchido, nesse ínterim, o aspecto da juridicidade, não só aqui residente, mas também no tocante ao próprio conteúdo e finalidade de proteção ao meio ambiente contidos no bojo do texto.

Por oportuno, é válido destacar que o mérito em si da proposta, principalmente sob os aspectos da oportunidade e conveniência legislativa, foi discutido à saciedade, apenas competindo à CCJ emitir posicionamento conclusivo acerca, como já dito, da Constitucionalidade, Juridicidade, Técnica Legislativa e Regimentalidade.

Sob a ótica da Técnica Legislativa adotada, óbices não se vislumbram, visto que a redação utilizada adequa-se a conteúdo aos comandos inseridos no texto da Lei Complementar 95/98, normativo este regulamentador do parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal de 1988 e que dispõe sobre o processo de elaboração, redação, alteração e consolidação das Leis.

Vê-se, então, ser o Projeto de Lei em tela adequado sob o aspecto da Técnica Legislativa adotada (especialmente quanto à redação), o que denota a observância à Lei Complementar suso mencionada.

N'outro passo, em que pese já não comportar mais discussão nos aspectos avaliados sob a competência da Comissão do Meio Ambiente, em relação a audiência pública, faço uma breve ponderação sobre este aspecto:

O Regimento da Câmara dos Deputados contém dispositivos que indicam a finalidade da realização e essencialidade, ou não, de audiências públicas, vejamos:

Art. 255. Cada Comissão poderá realizar reunião de audiência pública com entidade da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou a pedido de entidade interessada.

Art. 256. Aprovada a reunião de audiência pública, a Comissão selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes, cabendo ao Presidente da Comissão expedir os convites. (Destaques acrescentados ao original)

Considerados os dispositivos em tela, bem como os artigos 93, 94 e 95 do Regimento Interno do Senado da República, não vislumbramos a ocorrência de nenhum prejuízo à matéria em tela, bem como ao projeto de lei, pela não realização de audiência pública no curso do processo legislativo, mostrando imperiosa a juridicidade do procedimento.

Primeiro, porque, segundo a redação do art. 255 em tela as Comissões poderão realizar audiência pública para discussão de projetos com temática pertinente, o que, pela interpretação do artigo, nenhum prejuízo ocorrerá caso não seja realizada;

Segundo, não há previsão nos Regimentos da Câmara e do Senado, quanto a sanção de rejeição a projeto de lei por inoção de audiência pública;

Terceiro, pela interpretação de ambos os Regimentos, a realização de audiências públicas é uma medida de conveniência e oportunidade de cada Comissão;

Quarto, a outorga do Poder Legislativo aos Parlamentares por meio de processo eleitoral; se nossa democracia é semi-participativa; se exercemos a democracia na forma direta somente por plebiscito, referendo e iniciativa popular; mostra flagrante violação ao princípio da razoabilidade e do estado democrático de direito, a rejeição de projeto de lei, caso não seja realizada audiência pública, à qual é exigida no âmbito administrativo e não no legislativo, principalmente quando o próprio processo legislativo comporta ampla fase de discussão da matéria, pelo trâmite do projeto por 02 Comissões Temáticas;

Quinto, a CF não prevê, em nenhuma hipótese, a necessidade de realização de audiência com a sociedade civil para a deliberação de projetos legislativos que tenham por escopo tratar de assuntos relacionados ao meio-ambiente.

Ademais, cumpre salientar que o art. 22, §4º, da Lei do SNUC excepciona a realização de consulta pública como requisito essencial para criação de Estação Ecológica. Levando-se em conta que a Estação Ecológica, juntamente com o Parque Nacional, são, nos termos do art. 7ª, I c/c art. 8º, I e III, Unidades de Proteção Integral, torna-se desnecessária a realização de Consulta Pública no âmbito do procedimento legislativo, portanto restando preenchidos todos os passos legislativos para a produção da norma ora analisada.

Pelos pontos ora traçados, encontra-se satisfeita a juridicidade do presente projeto de lei.

Todavia, recomenda-se a inclusão da cláusula “Revogam-se todas as disposições em contrário”, de modo a evitar futuras contradições interpretativas, de eficácia e de aplicação da lei.

E, para concluir, vê-se que o projeto Regimentalmente encontra-se intacto, pois observou, até o presente momento, todos os trâmites impostos no ordenamento interno da Câmara Federal, não merecendo, destarte, nenhuma observação de ordem corretiva.

Pelo exposto e, reconhecendo a constitucionalidade, juridicidade e a boa técnica legislativa, recomendo a aprovação do presente projeto de lei.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado GERSON PERES

Relator